

DA LIGA BRASILEIRA DE HIGIENE MENTAL À REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE PROFISSIONAIS DE UM SERVIÇO DE EMERGÊNCIA PSIQUIÁTRICA

Jackeline Santos Neves da Silva (PIBIC/UEM), Roselania Francisconi Borges (Orientadora), e-mail: jackelinesilva2006@hotmail.com

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes / Maringá – PR

Área e subárea do conhecimento: Psicologia (7.07.00.00-1) – Psicologia Social (7.07.05.00-3).

Palavras-chave: Higiene Mental, Rede de Atenção Psicossocial, Reforma Psiquiátrica.

Resumo

Tendo em vista as transformações ocorridas no campo da saúde mental nas últimas décadas, marcadas, em tese, pela adoção do paradigma psicossocial em substituição ao modelo manicomial, o objetivo do presente estudo foi averiguar se essas transformações se deram, de fato, em nível prático, ou se apenas permaneceram no âmbito teórico. Para tanto, resgatamos documentos da Liga Brasileira de Higiene Mental, publicados entre 1925 e 1947, e realizamos entrevistas com profissionais do Serviço de Emergência Psiquiátrica do município de Maringá – PR. As análises demonstram que existem mais distanciamentos do que aproximações em relação aos discursos defendidos pelos membros da LBHM e pelos profissionais do referido Serviço. Sendo assim, foi possível perceber que, de fato, a assistência ao sofrimento psíquico evoluiu muito nos últimos tempos a partir da perspectiva da atenção psicossocial, mas essa evolução não é estanque nem homogênea.

Introdução

A Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foi criada, no Brasil, em 1923, tendo como principal idealizador o médico Gustavo Riedel (1887-1934). Dirigida por psiquiatras e composta por membros da elite da classe médica brasileira, juristas, educadores, jornalistas e outros profissionais, a LBHM se tornou o núcleo de divulgação em favor da higidez mental. Assim, apoiados nos inovadores conhecimentos científicos da psicometria e da genética, pilares da eugenia, alguns higienistas integrantes da LBHM defendiam que fatores intrínsecos aos indivíduos, tais como as características constitucionais de ordem física e psíquica determinadas geneticamente, estariam contribuindo com a manutenção de uma sociedade atrasada e subdesenvolvida.

A partir dessas compreensões acerca dos indivíduos “loucos” e “degenerados”, a história da psiquiatria brasileira, em consonância com a mundial, foi marcada pela reclusão e pelo isolamento do sujeito em sofrimento psíquico intenso. Nos chamados manicômios, predominavam a violência, a desumanização e a intolerância, de modo a transformar tais indivíduos em meros objetos de intervenção da psiquiatria.

Com o avançar das décadas, o Brasil, inflamado pelo espírito revolucionário da época e pelo cenário mundial de transformações no âmbito da saúde mental, protagonizou o movimento da Reforma Sanitária (RS), que foi o antecessor da Reforma Psiquiátrica brasileira (RP) e gerou “o embrião do SUS” (OLIVEIRA, 2012, p. 61).

Sendo assim, levando em conta o exposto até aqui – histórico, mudanças e avanços do atendimento em saúde mental com base nas políticas públicas –, desenvolvemos um estudo no Serviço de Emergência Psiquiátrica de Maringá, com o intuito de investigar sua dinâmica de funcionamento a partir do contato com os próprios profissionais que o constroem e reconstróem todos os dias, possivelmente em meio a muitas dificuldades. Em virtude disso, a presente pesquisa investigou se, apesar das intensas transformações ocorridas no campo da saúde mental nas últimas décadas, as concepções defendidas, no século passado, pela LBHM, ainda resistem e alicerçam discursos e práticas de cunho higienista e/ou eugenista na atualidade.

Materiais e métodos

Este estudo foi realizado a partir de pesquisa documental e de campo (realização de entrevistas). Na primeira, os documentos analisados foram selecionados nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), disponíveis no site oficial do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Higiene Mental e Eugenia (GEPHE/UEM). Nesse site, as publicações - referentes ao período de 1925 a 1947 - estão catalogadas por ano e número de publicação. Para facilitar o processo de seleção, foi utilizado um catálogo do GEPHE, o qual possui as referidas publicações organizadas por seção, autor, título, número de páginas e data de publicação. A partir da observação desse catálogo, selecionamos apenas algumas das publicações que possuíam as seguintes palavras-chave no título: educação, higiene mental, doenças mentais, profilaxia mental, toxicomania, delinquência, psicopatia, alcoolismo, espiritismo, esterilização, suicídio e eugenia.

Na pesquisa de campo, conforme mencionado, os dados foram coletados a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com alguns profissionais do Serviço de Emergência Psiquiátrica do município de Maringá – PR, serviço este que presta atenção hospitalar a pessoas em situação de crise. Por conta da atual pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas de maneira *on-line*, sobretudo com o intuito de garantir a segurança da pesquisadora e de todos os que frequentam o Serviço e/ou nele trabalham. Nesse escopo, a plataforma virtual Google Meet foi utilizada para realização das referidas entrevistas.

Resultados e Discussão

No que concerne às entrevistas com os profissionais do Serviço de Emergência Psiquiátrica (SEP) em análise, é válido ressaltar que, dos oito profissionais convidados, apenas três aceitaram participar do presente estudo, sendo que a justificativa para não aceitar o convite foi a sobrecarga de trabalho, ocasionada pela alta demanda e pelo afastamento de alguns profissionais em função da pandemia da Covid-19. Com relação aos dados obtidos, foi possível perceber que os entrevistados acreditam que o adoecimento psíquico é causado principalmente pelas situações e contextos (econômicos, políticos, sociais) que o indivíduo vivencia. Tal concepção se aproxima, de modo geral, do modelo psicossocial.

Porém, um dos entrevistados referiu defender a existência dos hospitais psiquiátricos, por acreditar que a “convivência entre iguais” é benéfica para os sujeitos adoecidos psicologicamente. Essa perspectiva faz lembrar a proposta defendida por Caldas (1935), membro da LBHM, de que deveria ser criado um município no qual somente as pessoas consideradas “loucas” e “degeneradas” residiriam, o que supostamente contribuiria para evitar o “estigma”. Essa medida, embora aparentemente possa levar em consideração o bem-estar e os interesses dos chamados “doentes mentais”, contribuiria para que a estigmatização e a segregação se perpetuassem ainda mais. Em suma, a ideia de retirar o “louco” do convívio social continua a prevalecer nas concepções de alguns profissionais.

Contudo, ao falar sobre as crenças religiosas dos usuários dos serviços de saúde mental, um profissional afirma: “*dentro da psiquiatria, não podemos considerar patológico algo que acontece num contexto religioso*”. Esse pressuposto contraria Roxo (1925), também participante da LBHM, que defendia que as práticas da religião espírita frequentemente eram as causadoras dos delírios e das patologias mentais.

Por outro lado, há profissionais que afirmam que a “*a internação é uma parte do tratamento*” e que o trabalho em rede “*é muito complexo*”, pois envolve a família e a articulação contínua entre os diversos serviços. A esse respeito, outro profissional avalia que o SEP em análise apresenta “bastante qualidade na assistência”, sobretudo por meio da atuação multiprofissional, que é um dos pilares da atenção psicossocial. Tal perspectiva se distancia dos preceitos defendidos pela LBHM ao defender o tratamento contínuo, em liberdade e inserido na comunidade.

Conclusões

Face ao exposto, concluímos que não foi possível encontrar uma única linha de pensamento que fosse representativa das concepções da Liga Brasileira de Higiene Mental como um todo, pois, enquanto alguns defendiam a esterilização compulsória dos ditos “degenerados”, outros se questionavam sobre o tratamento desumano dispensado aos indivíduos em sofrimento psíquico.

Ao analisar os dados obtidos na pesquisa documental e nas entrevistas, foi possível perceber que há, ao menos a nível teórico, mais distanciamentos do que aproximações entre as ideias defendidas pela LBHM e as perspectivas adotadas pelos profissionais do SEP em análise. Todavia, ratificamos, por fim, os questionamentos trazidos por Alverga e Dimenstein (2006, p. 302-303): “Quem, inserido no cotidiano da saúde mental, não carrega, pelo menos no âmbito de um discurso racional, a desinstitucionalização como referência? [...] Mas, a perspectiva da ressocialização ou reabilitação alcança o que a desinstitucionalização aponta?”. Com isso, seguimos almejando e construindo um modelo que venha a superar as velhas concepções e práticas rumo a avanços no cuidado em saúde mental na perspectiva da atenção psicossocial.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Roselania, pelo esmero dedicado a cada uma das orientações prestadas, sem as quais este estudo não teria sido possível; à UEM, pelo financiamento da bolsa; aos profissionais que concederam a entrevista; e, por fim, mas não menos importante, à minha família e aos meus amigos, que me apoiaram em todos os momentos.

Referências

ALVERGA, A. R. de; DIMENSTEIN, M. A reforma psiquiátrica e os desafios na desinstitucionalização da loucura. **Interface – Comunic., Saúde, Educ.**, v. 10, n. 20, p. 299-316, jul/dez, 2006.

CALDAS, M. Assistência a psychopathas em municipios-manicomios. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, Anno 8, nº 1, 2 e 3, pp. 89-106, jan./set., 1935. Disponível em: <www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-8-numero-1-2-e-3-janeiro-setembro-1935.pdf>. Acesso em 10 Fev. 2021.

OLIVEIRA, W. F. Reforma psiquiátrica e atenção psicossocial: contextualização sócio-histórica, desafios e perspectivas. Florianópolis: **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, 2012. v.4. n. 9. p. 52-71.

ROXO, H. Hygiene mental. **Archivos Brasileiros de Hygiene Mental**. Rio de Janeiro, Anno 1, nº 2, pp. 1-9, 1925. Disponível em: <www.cch.uem.br/grupos-de-pesquisas/gephe/documentos/arquivos-brasileiros-de-higiene-mental-abhm/ano-1-numero-2-1925.pdf>. Acesso em 1. Fev. 2021.

SOUZA, M. L.; BOARINI, M. L. A deficiência mental na concepção da Liga Brasileira de Higiene Mental. São Paulo: **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, Mai-Ago, 2008. v.14, n.2, p. 273-292.